

**O partido Impresso:
Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci.**

GUILHERME PIGOZZI BRAVO¹

Hegemonia, Sociedade Civil e Sociedade Política: categorias analíticas do pensamento de Antonio Gramsci.

Antonio Gramsci, ao analisar a realidade social, o faz a partir de uma perspectiva totalizadora. Assim, não há uma separação total entre as esferas econômica, política e cultural, mas todas permanecem vinculadas por uma relação dialética, de unidade-distinção, ou seja, estão unidas, mas conservam certa autonomia². O político e o cultural não figuram como simples expressão das relações de produção. No entender de Giorgio Baratta (2004, p.147), nos escritos de Gramsci

“A cultura, por um lado, é superestrutura frente à produção social das mercadorias. Por outro lado, ela mesma é estrutura ou participa da estrutura, seja enquanto produção específica, parte da produção social, seja enquanto aspecto cultural (...) da determinação econômica do valor da força trabalho”.

Neste sentido, de acordo com Guido Liguori (2007, p.45-46), “desaparece a separação rígida entre economia, política e sociedade. (...) Para Gramsci, estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são esferas ao mesmo tempo unidas e autônomas da realidade”.

Para o pensador marxista, o estudo da realidade social deve levar em consideração o papel desempenhado por cada uma das referidas esferas na construção e organização do real e do ser social. Ao contrário dos economicistas, tal metodologia analítica destaca a ação fundamental desempenhado pelas dimensões cultural, ideológica e política no desenvolvimento do processo histórico. Para Ivete Simionatto (1998, p. 38),

¹ Graduado em História pela UNESP de Assis e mestrando em Ciências Sociais pela UNESP de Marília, com auxílio da FAPESP.

² Nas palavras de Gramsci (2007, p.26): “mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”.

“não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos”

A relação dialética entre o político, o econômico e o cultural transparece em uma passagem dos *Cadernos*, escolhida como exemplo, onde Gramsci ressalta a figura do Estado como educador, ou seja, como formador de um consenso em relação a determinadas práticas culturais e morais que correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção:

“Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos da superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e taylorização...” (GRAMSCI, 2007, p.28).

Desta maneira, dada as relações entre o econômico, o político e o social, o exercício da hegemonia por um grupo social assenta-se não só no terreno das relações de produção, mas reside, também, no plano político e cultural:

“Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 2000, p. 70).

A complexidade das relações políticas e sociais, ocasionada pela socialização da política, leva Gramsci a distinguir duas esferas superestruturais que, organicamente ligadas, em uma relação de unidade-distinção, formam o Estado ampliado: a sociedade política e a sociedade civil.

A sociedade política é constituída por instituições e mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legítimo da violência e da coerção. Os seus portadores materiais são os aparelhos repressivos do Estado.

A sociedade civil, por sua vez, é constituída pelos organismos sociais responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (sistema escolar, partidos, jornais). Os seus portadores materiais são os denominados “aparelhos privados de hegemonia”³:

Ambas as esferas distinguem-se, também, pela função que cada uma exerce na organização da vida social e na articulação das relações de poder presentes, em uma sociedade. As sociedades política e civil atuam no sentido de promover adesão a determinadas relações econômicas, políticas e sociais, de acordo com os interesses da classe dominante. A maneira como constroem tal adesão é diferente. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 2006, p.36),

“...no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção”⁴

Por ser uma esfera em que as classes buscam conquistar a direção política e ideológica, por meio da construção de um consenso, a sociedade civil caracteriza-se como um espaço de lutas, de conflitos. Para Serge Berstein, “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados” (BERSTEIN, 1998, p.354). Assim, se o campo dos valores partilhados for significativamente grande, têm-se então a cultura política dominante. Para que tal cultura seja dominante, necessário se faz que ela traga

“uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sobre forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos” (BERSTEIN, 1998, p.356)

E, neste contexto, tem relevante papel a ação da imprensa. Tal ação

“é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma

³ Tais aparelhos configuram-se como organismos coletivos que mantêm uma relativa autonomia em relação ao Estado, onde a adesão, ou participação, é voluntária, baseada no consenso e não na coerção. É por meio destes organismos sociais (escolas, universidades, partidos, meios de comunicação), que uma classe ou grupo social exerce sua hegemonia sobre a sociedade. Ver: (COUTINHO, 2007)

⁴ Na teoria do Estado Ampliado, Gramsci demonstra que o poder estatal se faz presente não apenas por meio de seus aparelhos coercitivos mas, também, por meio dos “aparelhos privados”: “...na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”. (GRAMSCI, 2007, p.244)

resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de idéias ou à adoção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias.” (BERSTEIN, 1998, p.357)

Imprensa e Hegemonia

A sociedade civil constitui-se o espaço onde a classe dominante exerce sua hegemonia por meio dos “aparelhos privados”, ao mesmo tempo em que outros grupos sociais lutam para que seus projetos contra-hegemônicos tornem-se universais e rompam com a dominação política, econômica e ideológica:

“Criados na intensificação das reivindicações sociais, estes aparelhos congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, as escolas e a Igreja. São os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos” (MORAES, 2010, p.59.)

Assim, neste espaço onde as diferentes visões de mundo (ideologias), disputam entre si uma maior influência sobre os diversos setores da sociedade, o papel desempenhado pelos organismos de cultura, como, por exemplo, o jornal⁵, torna-se de fundamental importância:

“Os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis”

Em outra oportunidade, Gramsci ressalta que:

“Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o

⁵ Para Gramsci, a imprensa seria uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica”. Por exercer tal papel, constituiria na “parte mais dinâmica” da estrutura ideológica de uma classe. (GRAMSCI, 2006b, p.78).

jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Porquê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores.” (GRAMSCI, 2005, s./p.)

Com o propósito de combater a dominação ideológica que a classe dominante exerce, sobretudo por meio da imprensa, Gramsci convoca a classe trabalhadora para que “boicote” os jornais burgueses:

“...a aquiescência culposa do operário em relação ao jornal burguês é sem limites. É preciso reagir contra ela e despertar o operário para a exata avaliação da realidade. É preciso dizer e repetir que a moeda atirada distraidamente para a mão do ardina é um projétil oferecido ao jornal burguês que o lançará depois, no momento oportuno, contra a massa operária. Se os operários se persuadirem desta elementaríssima verdade, aprenderiam a boicotar a imprensa burguesa, em bloco e com a mesma disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos operários, isto é, a imprensa socialista. Não contribuam com o dinheiro para a imprensa burguesa que vos é adversária: eis qual deve ser o nosso grito de guerra neste momento, caracterizado pela campanha de assinaturas, feitas por todos os jornais burgueses. Boicotem, boicotem, boicotem! (GRAMSCI, 2005, s./p.)

Neste sentido, o despertar de uma consciência independente e crítica e, conseqüentemente, a construção de uma cultura e práxis políticas próprias à classe operária, constituíram os objetivos principais de Gramsci no semanário “L’Ordine Nuovo”:

“A atividade jornalística e política de Gramsci em Turim estava animada, antes e acima de tudo, pela convicção profunda de que a tarefa mais urgente do movimento socialista tinha natureza cultural e educacional. As classes subordinadas precisavam se libertar da sua dependência dos intelectuais,

de modo que pudessem desenvolver e disseminar sua própria cultura (...). Isto implicava, entre outras coisas, romper com as abordagens superadas da educação e se afastar das correntes filosóficas dominantes da época. (...) Na opinião de Gramsci, o socialismo requeria pura e simplesmente uma completa reforma cultural” (BUTTIGIEG, 2003, p.43)

Na realização desta “reforma cultural”, o jornal assume o papel de um partido político, ou seja, exerce a função de direção e organização de uma opinião pública a partir de uma dada concepção ideológica:

“Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias...” (GRAMSCI, 2006, p.105)

Ao falar sobre os objetivos da filosofia da práxis, Gramsci ressalta que tal filosofia

“não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual da massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2006a, p.103)

Este “contato entre os intelectuais e os simples” realiza-se na medida em que o periódico aproxima-se da classe operária em suas lutas pela transformação de uma ordem econômica e social, transformando-se, assim, em intérprete de suas reivindicações e organizador de uma consciência coletiva homogênea, possibilitando uma unidade entre teoria e prática. Ao expor a orientação política do “L’Ordine Nuovo”, Gramsci diz:

“Tratará de todos os problemas concretos que interessam hoje à classe operária italiana e mundial, desde o problema mais imediato e próximo, o da constituição do Partido Comunista Italiano, (...), até o problema das relações entre partido e sindicato, até os problemas constitutivos do atual período histórico, (...), por uma imensa e formidável obra de organização e de propaganda do comunismo internacional. (...). Os companheiros que ajudaram e sustentaram o semanário devem, (...), conseguir infundir nas massas operárias a seguinte convicção: que um jornal comunista é carne e sangue da classe operária, e não pode viver, lutar e se desenvolver sem o apoio da vanguarda revolucionária...” (GRAMSCI, 2004, p. 431-432.)

Tal orientação política de aproximação do jornal junto ao proletariado foi o que lhe conferiu grande aceitação e simpatia, pois os trabalhadores viam-se ali representados com suas aspirações e lutas traduzidas nas páginas do referido jornal, que transformou-se, assim, no “jornal dos conselhos de fábrica” (GRAMSCI, 2004, p.404.):

“...por que os operários amam L’Ordine Nuovo? Porque, nos artigos do jornal, encontraram uma parte deles mesmos, a melhor parte deles mesmos. Porque sentiam que, nos artigos de L’Ordine Nuovo, estava presente a mesma indagação que eles se faziam: ‘Como poderemos nos tornar livres? Como poderemos nos tornar nós mesmos?’ Porque os artigos, (...), não eram frias arquiteturas intelectuais, mas brotavam de nossa discussão com os melhores operários, elaboravam sentimentos, vontades e paixões reais da classe operária de Turim, que tinham sido experimentados e provocados por nós. E porque os artigos, (...), eram quase como uma ‘tomada de consciência’ de eventos reais, vistos como momentos de um processo de íntima libertação e auto-expressão da classe operária” (GRAMSCI, 2004, p. 404.)

Para um jornal, cujo objetivo seria o de transformar a realidade por meio da construção de um pensamento crítico e unitário e de uma práxis política correspondentes àquele, tanto a escolha, como o modo de exposição de um conteúdo, devem obedecer algumas premissas básicas. Neste sentido,

“O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida), (...), não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios ‘claros’ de método. (...). O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva” (GRAMSCI, 2006b, p. 206)

Neste ponto, pode-se formular uma questão: se, conforme exposto acima, a sociedade civil caracteriza-se como um campo de batalhas, conflitos, onde a classe dominante exerce uma hegemonia política e cultural, por meio dos “aparelhos privados”, que transformam-se, assim, em verdadeiras “trincheiras e fortificações da classe dominante” (GRAMSCI, 2006b, p.79), de que maneira as classes operárias poderão romper com esta dominação, tornando-se autônomas e capazes de construir sua própria cultura e história?

De acordo com Gramsci, tal rompimento resulta da

“...conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana” (GRAMSCI, 2006b, p.79)

Torna-se necessário, porém, ressaltar que a cultura política de uma sociedade, ou, de uma classe, é algo que se define e se cristaliza ao longo do tempo. Nossas concepções, nossa visão de mundo advêm de nossa convivência com outras pessoas, numa simbiose que nos permite evoluir, tanto no que culturalmente se refere a nossa formação e atuação individuais, quanto no papel que desempenhamos coletivamente. Assim, estamos sempre suscetíveis à incorporação de novos valores, novas tendências oriundas do meio social em que vivemos, o qual, por sua vez, não se isola do contexto universal em que se insere. Por este motivo,

“ A compreensão crítica de si mesmo é obtida, (...), através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática é (...) um devir histórico, que (...) progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa (...) um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica...” (GRAMSCI, 2006a, p.103-104)

Assim, a cultura política pode ser caracterizada como um fenômeno evolutivo (BERSTEIN, 1998), cuja formação não se baseia em acontecimentos fortuitos e acidentais:

“ as modificações no modo de pensar, nas crenças , nas opiniões, não ocorrem mediante ‘explosões’ rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de ‘combinações sucessivas’, de acordo com “fórmulas de autoridade’ variadíssimas e incontroláveis. A ilusão explosiva nasce da ausência de espírito crítico. (...) as transformações culturais (...) são lentas e graduais; e isto porque (...) a cultura é produto de uma complexa elaboração” (GRAMSCI, 2006b, p.207)

Neste sentido, a transformação das relações políticas e de produção deve ser acompanhada por uma reforma cultural que tenha a capacidade de elevar a consciência e a capacidade política das massas proletárias, para que estas possam romper com a passividade ideológica e, desta maneira, tornar-se “Estado”, ou seja, promover a unidade política, econômica e cultural dos vários estratos sociais a partir da hegemonia de sua classe, que se converterá, assim, em líder na formação de um bloco histórico:

“A cultura é algo bem diverso (...) e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. (...) O que significa que toda a revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação. O último exemplo, (...) é o da Revolução Francesa. O período cultural que a antecedeu (...) não foi apenas um fenômeno de intelectualismo pedante e árido. (...) Foi ele mesmo uma magnífica revolução, mediante a qual, (...) formou-se em toda a Europa uma consciência unitária...” (GRAMSCI, 2004, p.59-60)

Desta maneira,

“É através da crítica à civilização capitalista que se forma ou se está formando a consciência unitária do proletariado: e crítica quer dizer cultura, e não evolução espontânea e natural. Crítica quer dizer precisamente aquela consciência do eu. (...). Um eu que se opõe aos outros , que se diferencia, e que, tendo criado para si mesmo uma finalidade, julga os fatos e os eventos não só em si e para si, mas também como valores de propulsão ou de repulsão. Conhecer a si mesmo significa ser si mesmo, ser o senhor de si mesmo, diferenciar-se, elevar-se acima do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina diante de um ideal” (GRAMSCI, 2004, p.60)

No pensamento político de Gramsci, o exercício do poder configura-se não só pelo domínio dos meios legais de violência e coerção e das relações de produção, mas, também, pela conquista do consenso e da liderança político-ideológica:

“A classe dominante consegue, assim, legitimar sua ideologia, porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (...) e, em segundo, possui o poder econômico, que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e a distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias” (SIMIONATTO, 1998, p.57)

O exercício da hegemonia torna-se, assim, uma das faces desse poder e condição necessária para a sua conquista e manutenção, pois, para uma classe tornar-se uma força dominante, ou seja, conquistar o poder político e o monopólio legítimo da violência e repressão deve, antes, tornar-se força dirigente, função na qual deverá permanecer mesmo quando exercer o poder :

“A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a ‘liquidar’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e , aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’” (GRAMSCI, 2001, p. 62-63)

A sociedade civil, “espaço autônomo e específico” (COUTINHO, 2007, p.128) de manifestação da hegemonia, é constituída por instituições responsáveis pela construção e difusão das ideologias, como escolas, partidos políticos, sindicatos e jornais:

“O exercício ‘normal’ da hegemonia, (...), caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações...” (GRAMSCI, 2007, p.95.)

Neste sentido, no “exercício normal da hegemonia”, a imprensa torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político. Pode-se, desta maneira, considerar estes intelectuais como “orgânicos”, ou seja, que tem a capacidade de expressar as demandas e interesses de uma classe social de forma a torná-la homogênea e consciente de sua função no plano econômico, político e social.

Desta maneira, as funções desempenhadas pelos intelectuais não podem ser dissociadas das relações econômicas, políticas e sociais. Como organizadores da cultura e das demais dimensões humanas, atuam na transformação, ou, conservação, de uma estrutura social (GRAMSCI, 1991).

Se a ideologia é fundamental na determinação das ações práticas dos homens, a luta pela construção de uma hegemonia, pela conquista de um consenso, dá-se, não só no plano político, econômico ou social, mas também no terreno das práticas e instituições culturais. Daí a importância que o jornal, que é “escola dos adultos” (GRAMSCI, 2006b, p. 229) assume no projeto de poder político e cultural da classe operária, pois “toda a relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2006a, p.399) e a opinião pública “é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força, (...) é o conteúdo político da vontade política pública” (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Referências Bibliográficas

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BUTTIGIEG, Joseph. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-49.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. I.

_____. *Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. v. II.

_____. *Cadernos do Cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. III.

_____. *Cadernos do Cárcere - O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.5.

_____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1 (1910-1920).

_____. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Os jornais e os operários*. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 18 março.2011.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan.-jun.2010.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Edunesp, 1998. p. 37-64.